

Theodore Roszak (1933-2011) Um contra-obituário

HORACIO LUJÁN MARTÍNEZ*

Resumo

Nosso texto não pretende mais do que lembrar algumas categorias do recentemente falecido historiador e sociólogo americano Theodore Roszak. Categorias como “contracultura” e “tecnocracia” que, embora pensadas ao “calor” dos acontecimentos do final da década dos anos sessenta, nos parecem ainda pertinentes.

Palavras-chave: Theodore Roszak. Contracultura. Tecnocracia.



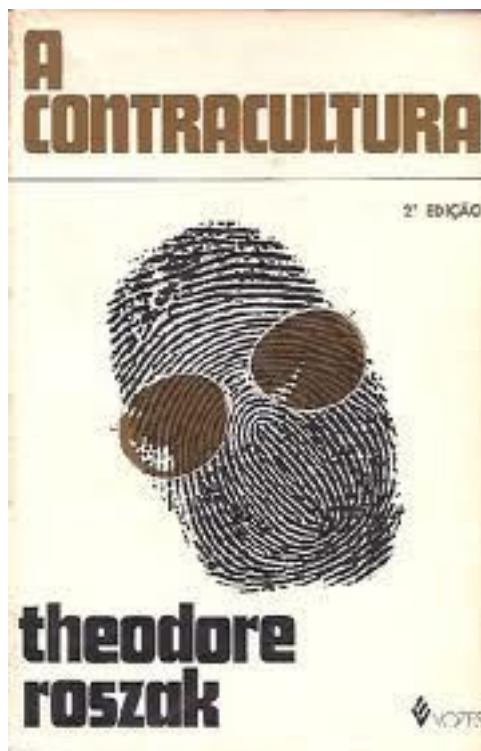
Theodore Roszak (1933-2011)



* **HORACIO LUJÁN MARTÍNEZ** é Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas; professor do Curso de Filosofia (Graduação e Pós-graduação) da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba).

No dia 5 de julho de 2011 morria uns dos pensadores que cunhou o termo “contracultura” e popularizou outro termo: “tecnocracia”. Nosso texto não procura tanto a originalidade sobre esses conceitos quanto resenhar e lembrar a importância deles e perguntar se eles continuam vivos, isto é, se eles podem ser aplicados aos novos acontecimentos, por exemplo, aos movimentos antiglobalização ou aos movimentos contra as políticas do FMI dos chamados “los indignados” (“os indignados”) da Espanha atual.

Num de seus livros mais conhecidos, intitulado *O Nascimento da Contracultura* (*The Making of a Counterculture*), de 1968, ele afirma que, apesar de que as lutas entre as gerações sejam uma constante na história humana, os acontecimentos de 1968 revestiam um caráter específico, caráter denominado por ele de “contracultura”. Por “contracultura” devem ser pensados todos os fenômenos daqueles anos (e alguns imediatamente anteriores): oposição à guerra de Vietnam, movimentos pelos direitos civis, o chamado “amor livre” e o uso de drogas psicodélicas na procura de uma “expansão da consciência”, entre outros, não como fatos isolados, mas como gestos de uma dissensão radical e de grande inovação cultural. Assim, apesar de Roszak se ocupar explicitamente dos acontecimentos de seu país (Estados Unidos), ele reconhece nessa, por assim chamá-la,



“preferência” algo que é de suma importância: a “contracultura” não teria nascido do desconforto econômico de algumas pessoas ou classes. Ela reflete uma rejeição radical dos valores herdados de seus antepassados mais próximos.

Os acontecimentos de 1968 em América (e também na França) exibiram a obsolescência das velhas receitas e diagnósticos da esquerda tradicional. A “contracultura” não

espelha nenhum conflito entre classes, mas uma profunda oposição frente a um inimigo menos óbvio e, precisamente por isso, mais poderoso: a “tecnocracia”.

Por “tecnocracia” deve entender-se essa forma social na qual uma sociedade industrial atinge o cume de sua integração organizativa (ROSZAK, 1984, p. 19). Sempre que ouvimos palavras como “racionalizar”, “planejar” ou “modernizar”, o que se está pondo em marcha é um plano para superar o que são considerados apenas “desajustes” dessa mesma sociedade industrial. Desse modo, a “tecnocracia” opera a partir de imperativos inquestionáveis, tais como a necessidade de maior eficácia e de maior segurança social. A “tecnocracia” é o auge da era da “engenharia social” e que acaba expandindo sua área de influência para além do complexo industrial e tenta orquestrar todo o comportamento humano: “A política, a educação, o ócio, as diversões, a cultura em seu conjunto, os impulsos

inconscientes e, inclusive, como veremos, a protesta contra a tecnocracia mesma, tudo se transforma em objeto de exame puramente técnico e de manipulação puramente técnica” (ROSZAK, 1984, p. 20). Na “tecnocracia” o mero ser humano não técnico, não especializado, não pode se aproximar sequer das questões mais simples e cotidianas. O mundo do ordinário lhe é oferecido como algo somente inteligível e manipulável aos especialistas. Desse modo, os expertos, que se encarregam de todos os assuntos públicos, assumem uma influência autoritária sobre os aspectos mais íntimos e aparentemente mais pessoais da vida humana: a vida sexual, a educação de nossos filhos, a saúde mental, o descanso e o ócio. Nesse sentido é que nos encontramos frente ao regime dos “especialistas”. Essa “ditadura do especialista” pode ter a sua origem naquilo que chamamos de Idade Moderna (séculos XVI até começos do XX). Com efeito, aquela passagem ou “ruptura de paradigmas” entre a Idade Média e a Idade Moderna, com o seu início no Renascimento entendido como humanismo e/ou antropocentrismo, foi a passagem da verdade como revelação divina para a verdade que, mediante o deciframento e a exploração da natureza, podia ser manipulada e experimentada. A verdade dada como uma experiência que pode ser reproduzida quantas vezes seja necessário é o aporte de cientistas e pensadores como Galileu, Francis Bacon e René Descartes, entre outros.

Essa ruptura com o mundo medieval e o surgimento da visão científica do mundo como centro a partir do qual cabe regular a vida humana fará com que os governantes se remetam sempre aos técnicos, os quais, por sua vez, se remetem a formas científicas de pensamento. Para além das formas

científicas do pensamento, os tecnocratas asseguram existir o deserto da contingência e da crença manipulável: “Compreendida nestes termos, como produto maduro do progresso tecnológico e do *ethos* científico, a tecnocracia está em condições de evadir facilmente todas as categorias políticas tradicionais. Na realidade, caracteriza a tecnocracia o fato de se apresentar como ideologicamente invisível” (ROSZAK, 1984, p. 22).

A “visão científicista do mundo”, da qual a “tecnocracia” não é mais do que um velado “imperativo categórico cultural” que não pode ser colocado em questão, é a que domina as nossas vidas. O pensador americano resume assim os rasgos mais marcantes da tecnocracia:

1) A intocável convicção de que as necessidades vitais do homem são de natureza técnica. Isto é, as necessidades da humanidade são passíveis de uma análise formal que compete exclusivamente a técnicos cujo impenetrável conhecimento nos será por sempre indecifrável e intraduzível. Assim, qualquer forma de humanismo será considerada uma forma arcaica de pensamento.

2) Que esta análise formal das nossas necessidades tem atingido noventa e nove por cento de perfeição. Todo desajuste será interpretado como um obstáculo ocasional e conjuntural em geral devido àqueles que ainda praticam formas de pensamento obsoletas. Todo problema, desse modo, não é

mais do que um “erro de comunicação”. Uma vez esclarecidas as razões do desajuste, só cabe esperar que seja levada a cabo sua solução.

3) Que os especialistas encarregados de sondar os desejos de nossos corações sabem do que falam porque eles estão já certificados por instituições que, na verdade, compartilham a visão cientificista do mundo. Assim, a passagem por uma instituição universitária devidamente creditada assegura, quase automaticamente, a ocupação dos níveis supremos de mando.

Hoje podemos, com a sempre irritante “sabedoria *a posteriori*”, permitir-nos ser sarcásticos sobre alguns ideais dessa “contracultura”, como a de utilização de drogas psicodélicas para “expandir a consciência”. Roszak era perfeitamente consciente desse perigo e dedica o capítulo V de seu livro ao “Uso e abuso da experiência psicodélica”, desautorizando os formadores de opinião e a “intelectuais pops” da época, como Timothy Leary. Para além de características que podemos achar datadas, o pensamento de Theodore Roszak ainda palpita, porém, nos movimentos antiglobalização, assim como no recente movimento 15-M (Quinze de Maio) dos “indignados” na Espanha contemporânea de resistência aos planos de ajuste econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Toda teoria política envolve uma antropologia: aquilo que pensamos que o ser humano é individualmente e também no comércio intersubjetivo de palavras, objetos concretos,

comportamentos simbólicos, espontâneos e/ou calculados.

Em tempos da chamada “guerra fria” – a luta pela hegemonia entre a União Soviética e os Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial –, o capitalismo foi pregando – a partir de teóricos da economia como Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek – uma doutrina, não sempre definida com precisão pelos seus seguidores e críticos, como “neoliberalismo”. Uma vez que uns dos campos de batalha desta “guerra fria” – para além das batalhas, guerras concretas, golpes de estados e ditaduras propiciadas e financiadas por ambos os lados – era a justiça social, entendida como o final de uma época de exploração dos mais vulneráveis; a economia tornou-se a protagonista da vida política e até da vida cotidiana do homem comum. O confronto ideológico evidenciou-se, não com pouca parcialidade, como o confronto entre a “justiça social distributiva” com restrição das liberdades individuais do chamado “socialismo real”; e a liberdade irrestrita do empreendimento corporativo e a liberdade de mercado, sempre acompanhado do mitológico culto ao “*self-made man*” americano. A antropologia inerente ao “neoliberalismo” foi, então, o culto à “liberdade do homem” que foi, sorrateiramente, identificada com liberdade de enriquecimento, e acompanhada do detrimento das liberdades civis.

Neste marco, evitar “novas Cubas” e a “multiplicação de Vietnams” era a consigna explícita da política exterior americana. O modelo neoliberal, que fora ignorado durante décadas, começa a ser implantado a partir da ditadura sangrenta de Pinochet com a assessoria de Milton Friedman e discípulos da chamada “escola de Chicago” em 1973.

As vitórias eleitorais de Margaret Thatcher em 1979 e Ronald Reagan em 1980 deram o empurrão que faltava para que a implantação do modelo pudesse, se não globalizar-se, se estender por América Latina sob a escusa do financiamento americano para a luta contra a subversão.

O avanço das tecnologias de comunicação como Internet e outros, acabou tornando esse “laissez-faire”, um projeto ainda maior no aspecto geográfico. As fronteiras físicas dissolveram-se uma vez que os satélites passaram a ser a verdadeira ponte entre países. Esse agigantamento de um projeto mais ou menos localizado, foi legitimado no denominado “Consenso de Washington” e acabou recebendo o nome perigosamente ambíguo de “globalização”.¹ Falamos de “ambigüidade perigosa” já que ao mesmo tempo em que aumentava o poder econômico e a hegemonia cultural das maiores potências do globo; ele se vestia de “aldeia global” onde



todos temos igualdade de acesso à comunicação e a informação. Com o tempo, percebeu-se que a “globalização” somente fomentava o enriquecimento dos

que já eram ricos (a “era da globalização” é também a “era da proliferação dos bilionários”) e que o caudal de informação era só isso: a abundância de notícias não somente não garantia, senão que impedia, a transparência e a não manipulação das mesmas.

Os chamados movimentos “antiglobalização” perceberam a falácia do “mercado auto-regulável” (a “mão invisível” leva luva branca) e seus prejuízos: os estragos ao meio ambiente que o crescimento econômico ilimitado acarreta, assim como os crescentes níveis de pobreza no chamado Terceiro Mundo que a “globalização econômica” precisa e produz.

Os manifestantes e ativistas “antiglobalização” provavelmente não tenham lido o livro de Roszak, mas sabem que os acontecimentos de 1968 não somente não foram um fracasso, nem um conjunto de movimentos espontâneos e isolados sem coerência nem projeto, senão que constituíam um fato histórico o qual, entre as suas mais felizes denominações, recebeu o nome de contracultura. Este é o aporte mais importante do pensamento de Roszak: deixar claro que houve um projeto político coletivo antihegemônico por trás das manifestações da década dos sessenta. E que todo projeto de hegemonia de elites, é tecnocrático: ele é justificado através da infantil explicação de que “só alguns especialistas entendem realmente de que se trata.”

¹ O chamado “Consenso de Washington” foi o projeto liderado em 1989 pelo então diretor do Instituto Internacional de Economia, John Williamson, para tirar América Latina da estagnação econômica – que de fato fora iniciada ou aprofundada pelas ditaduras militares financiadas pelo próprio Washington. Este “projeto consensuado” aconselhava e/ou exigia a América Latina e demais países periféricos: “(...) um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais e um corte violento no gasto público.” Para obter a tal estabilidade fiscal, base da austeridade, era preciso cortar os gastos com funcionários e seus salários, demissões, flexibilizar seus direitos, fazer cortes aos serviços sociais e reformas na previdência social.” (BARBOSA 2010, 522-523)

O que começou com os movimentos “antiglobalização” e continuou nos atuais protestos na Europa e, sobre todo no movimento 15 M de “los indignados” da Espanha foi a rejeição ao “Consenso de Washington”. Este mal chamado “consenso” foi a reação orgiástica e morbosa do capitalismo trás a queda do muro de Berlin: políticas de ajuste, acompanhada de diminuição de salários de trabalhadores ativos e aposentados e também de seus direitos. Isto seria impossível se ao mesmo tempo o FMI não tomasse um papel decisivo nas políticas dos países endividados. Á cultura da maximização do lucro que só divulga propostas de sustentabilidade que lhe devem mais ao marketing que à



sinceridade, se opõem estes movimentos.

O dissenso e a desobediência civil como formas legítimas da ação política, e não como a sua exceção, não foram conceitos inventados ou descobertos por Roszak, mas seu legado foi categorizá-los e reutilizá-los para pensar seu presente e, quem sabe, imaginar o nosso futuro.

Referências

BARBOSA, V. **O pensamento político do Iluminismo aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2010

ROSZAK, T. **El nacimiento de una contracultura**. Reflexiones sobre la sociedad tecnocrática y su oposición juvenil. Tradução: Angel Abad. Barcelona: Editorial Kairós, 1984.